



APRESENTAÇÃO - *VirtuaJus*. v. 9, n. 16. 2024

Tema do Dossiê Atual:

Decolonialidade e Teoria Decolonial, Perspectivas do Pensamento Feminista Negro e de Novas Configurações de Conhecimento



Jovens negras indo à igreja para serem batizadas.
Jean-Baptiste Debret, 1821.

Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra61273/jovens-negras-into-a-igreja-para-serem-batizadas>

ACERCA DOS PRINCÍPIOS DA DECOLONIALIDADE

Magda Guadalupe dos Santos*
Cintia Garabini Lages**

Ao tentar reunir os temas e textos que compõem este dossiê, em ampla proposta sobre “Decolonialidade, Teorias do Feminismo Negro e Novas Concepções de Conhecimento e linguagem”, foram consideradas as várias perspectivas de abordagem, tanto de âmbito das Teorias Constitucionais e Direitos Humanos, quanto das perspectivas da Filosofia, História Social e Teorias Feministas.

As análises acerca do Feminismo Decolonial remetem às críticas e denúncias ao racismo, a preconceitos, especialmente de gênero, e aos modos de silenciamento das vozes tidas como *subalternas*, pois não brancas, com experiências e conhecimentos alternativos aos padrões nomeados como lógicos, universais, heteronormativos.

Culturalmente, perante os cânones com base na colonialidade, tanto Ciência e Filosofia, quanto Epistemologia *hegemônica*, em geral sustentam-se por categorias lógicas “precisas” e que se revestem de certezas. As vozes paralelas, sejam de indivíduos ou grupos não privilegiados economicamente, em especial mulheres negras, latinas, pobres, oriundas de povos originários, entre outras, não teriam, em princípio, lugar de fala e de reconhecimento em tais determinações com origens eurocêntricas ou na tecnocracia norte-americana.

Justamente o *Feminismo decolonial* visa denunciar as bases de conhecimento sustentadas nas relações sócio-econômicas e políticas da colonização, escravidão e patriarcado, especialmente, nos modos de colonialidade do saber e do ser, em dimensões ontológicas e cognitivas definidas, refutando-se as margens da diferença, com efeitos de violência ainda hoje em todo o mundo. Na América do Sul, entre os efeitos da colonialidade, surgem distintas formas de desigualdades, sobretudo de gênero e classe, assim como entre povos e Estados, promovendo total falta de reconhecimento dos saberes paralelos, das vozes e experiências femininas e dos direitos humanos, bem como, cada vez mais intensamente, das desigualdades socioeconômicas. Nessa linha de demarcações, as mulheres continuam oprimidas nos sistemas patriarcais e nada parece se alterar em termos de relações de poder. Por isso se torna exigível um novo olhar sobre os modos de interpretar a cultura.

Importante ressaltar como as teorias da decolonialidade apresentam traços dos Feminismos anteriores, desde a Primeira e a Segunda Onda Feminista, com a crítica ao projeto da Modernidade de universalizar as subjetividades por meio de um padrão masculino heteronormativo, branco e privilegiado em suas determinações capitalistas. Ao se considerar a existência da “fragmentação das opressões”, quando apenas um ponto distinto do outro é colocado em evidência, verifica-se uma forma expressivamente danosa de dominação. As teorias da decolonialidade indicam como racismo, sexismo, grandes diferenças econômicas e sociais em nível de globalização, todos esses são fatores que, juntos, dominam as normas de

* Magda Guadalupe dos Santos. Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil. Doutora em Direito. Pesquisadora de Filosofia e Teorias Feministas. Integrante do Conselho Editorial (*Editorial Board*) de *Simone de Beauvoir Studies*. Integrante dos Grupos de Trabalhos (GT): “Desconstrução, Alteridade e Linguagem” e “Filosofia e Gênero” da ANPOF. Brasil. E-mail: magda.santos@uemg.br

** Cintia Garabini Lages. Professora da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Universidade de Itaúna. Doutora em Direito. Coordenadora em exercício do Curso de Direito e Chefe de Departamento da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: cintiagarabine@pucminas.br

conduta e o referencial axiológico da cultura ocidental. Ao provocar desigualdades, ao desunir mulheres e homens em um sistema de privilégios e exclusões, normas hegemônicas e liberais precisariam de urgente revisão em seu suposto padrão de universalidade, seja como formas de conduta, seja como modos de opressão.

Para além de uma racionalidade que instrumentaliza corpos e saberes, este dossiê procura abrir as portas aos distintos modos de interpretar a leitura crítica dos Feminismos negros, teorias feministas da decolonialidade e o registro amplo dos saberes e de novas configurações de conhecimento. Desaprovando toda forma de exploração histórica dos corpos de mulheres, de povos originários e da cultura africana de que herdamos traços significantes e dos quais devemos ter orgulho intenso, este dossiê procura rever os modos de exploração dos supostos graus de humanidade de povos e indivíduos, demonstrando como os direitos humanos vão-se articulando na forma de revisão dos critérios epistemológicos e político-sociais até então articulados.

Talvez valha ressaltar como, no histórico de direitos humanos, quando se fala em história das mulheres, a representação da diferença sexual deve bem pouco à ciência e quase tudo à política e à cultura – sendo justamente por isso que importa insistir na categoria de análise das relações de gênero, conforme Tedeschi e Colling.

Referido histórico é resultante do acordo em torno de teorias políticas que buscaram definir os limites do poder político do Estado da Modernidade, dentre as teorias contratualistas e do Direito Natural exerceram papel fundamental na estruturação de uma sociedade na qual os titulares dos direitos eram, necessariamente, homens.

Nesse sentido, Carole Pateman adverte do caráter teórico sexual de que se revestem as teorias contratualistas do Estado, fundantes de uma sociedade patriarcal, e que legitimam, por meio da figura do contrato, o direito político dos homens sobre as mulheres e o acesso irrestrito aos seus corpos. A teoria contratual sexual denuncia a liberdade opressora do homem moderno em relação às mulheres, tanto na esfera pública, quanto na esfera privada, fazendo com que a história dos direitos das mulheres seja, como afirma Alessandra Facchi, uma "história muito mais recente do que a história dos direitos dos homens".

Muito se poderia considerar em registro histórico de grande complexidade hermenêutica, com a revisão efetivada, efetivada nos anos 1960 e 1970, pelas teorias da literatura desconstrutivas do saber eurocêntrico e das linguísticas padronizadas – desde as teorias críticas à instrumentalização racional, podendo nos situar nos escritos de Simone de Beauvoir, Emmanuel Levinas, Jacques Derrida, Roland Barthes, chegando a Maria Lugones, Angela Davis, bell hooks e Lélia Gonzalez, entre outras, com ênfase na análise profunda de variadas vozes, especialmente aquelas que circundam a ferida narcísica ocidental. Nas teorias da decolonialidade, a instrumentalização dos corpos femininos e dos corpos negros avassalados pelo capital despótico é apontada na circulação das ideias, símbolos e normas como um referencial de cultura condicionado ao desvalor de discursos e saberes marginais. Contudo, se a “literatura abala os conceitos essenciais de nossa cultura”, recuperando as análises de Roland Barthes (2005, p. 5), também o discurso decolonial produz um abalo político e moral sem se pretender um código universal, apenas crítico e incisivo, que “dessacraliza” as ciências assumidas como brancas e eurocêntricas. Evidencia-se também nos escritos de decolonialidade a recusa do valor “de verdade abusiva dos conteúdos e raciocínios” lógicos patriarcais, voltando-se para subversões lógicas e propondo deslizamentos por meio de suas paródias, formas puras que, no cenário atual, nos reconduzem novamente ao “prazer de ler” (Barthes, 2004, p. 10).

Propomos aqui, justamente, acompanhar com prazer intenso a leitura de textos sobre a Decolonialidade, que repercute no aguçamento ético e moral dos Direitos Humanos e nos permite a revisão de conceitos tidos como essenciais para a cultura de colonização que ampara

tanto o patriarcado em sua insanidade de costumes e violência, quanto faz pouco do peso de preconceitos e racismos de toda espécie. Não pensamos ser simples retomar, de outras perspectivas, linguagens e saberes que temos cultuado mesmo que com certa aflição moral, uma tradição de discursos de segregação, sobretudo em termos de valores, com o esteio midiático do capital devorador.

Assim, temos o prazer de apresentar os artigos que compõem este dossiê dedicado à discussão das marcas da colonização na cultura, nos corpos e nos saberes, para que distintas formas de conhecimento e metodologias de pesquisas possam repensar as diferenças, sem se buscar nivelar as experiências a um denominador comum. Busca-se aqui, sobretudo, promover o ideal de solidariedade e de dignidade humana como os princípios norteadores da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, como um lugar de aberturas e novos encontros de pensamentos, experiências e formas dignas de vida para além das explorações cotidianas.

Contamos neste volume com o **Editorial Novas configurações de conhecimento e questões biojurídicas**, de Taisa Maria Macena de Lima. A autora analisa como, em vista da evolução da ciência e tecnologia, tanto há evidências de benefícios para o planeta em geral, quanto certezas de conflitos sociais e dilemas éticos expressivos.

Com grande orgulho podemos contar nesta edição com a tradução de artigo de **Catharine A. MacKinnon, OnlyFans não é uma plataforma segura para 'trabalho sexual'. É um café.** A Autora, gentilmente, nos concedeu sua permissão para traduzir o seu artigo, originalmente publicado em 2021, com o título: **OnlyFans Is Not a Safe Platform for 'Sex Work.' It's a Pimp.**

Our sincere thanks to Prof. Catharine A. MacKinnon for her trust and cordiality.

No conjunto de artigos do Dossiê, podem ser lidos com grande distinção e propriedade os textos que se seguem. **On Extreme Responsibility: What if Blackness/Whiteness could Go an Extra Mile?** de S.N. Nyeck. Muito nos honra a participação nesse dossiê temático da Profa. Nyeck, abordando tema de grande complexidade histórica acerca da decolonização construtiva em direção à questão da alteridade, enquanto experiência marcante e que sinaliza a “tensão, contradição e carência de poder na experiência racial da África”.

Our deepest thanks to Prof. S.N. Nyeck for her collaboration and participation in this thematic dossier.

Os artigos temáticos do dossiê apresentam-se em perspectivas teóricas múltiplas e distintas. **Por uma perspectiva decolonial do patrimônio cultural brasileiro**, de Umberto Abreu Noce; **Feminismo comunitário: Contribuições para a Descolonização do Feminismo**, de Ana Cláudia da Silva Abreu; **Estatuto da pessoa com deficiência e colonialidade da Linguagem: o problema da tradução**, de Washington Luiz Ferreira Dias Lopes; **Gênero e raça numa perspectiva decolonial**, de Wéllia Pimentel Santos; **Os efeitos das mudanças climáticas nos fluxos migratórios: Refugiados ambientais e o reconhecimento de seu status jurídico como garantia à dignidade da pessoa humana**, de Ana Carolina Couto Matheus; **Fanon e o humanismo: uma breve consideração sobre o racismo e o sexismo brasileiro**, de Samuel Lima, Anderson dos Santos Alves de Abreu; **Hermenêutica, decolonialidade e justiça: a ética de Xangô como alternativa ao construtivismo rawlsiano**, de Joaquim Leonardo Lopes Louzada de Freitas, Adalberto Antônio Batista Arcelo e Iago Eanes Batista Sousa; **Em busca da humanização das universidades, instituições e práticas jurídicas: uma análise reflexiva a partir de abordagens decoloniais e críticas**, de Marina Caldeira Ladeira; **A neoescravidão nos tempos hipermodernos**, de Mariana Milano Diniz Sembariski; **Desconstruir para disputar: a**

desconstrução do poder, saber, e ser a partir da Filosofia Amefricana, de Patrícia Silveira da Silva.

Na Seção **Temática Livre**, publicam-se artigos de peso, tais como, **Inteligência Artificial e o Processo Civil**, de Gita Pereira Gontijo, Lúcia Eller Paiva, Alexandra Clara Ferreira Faria e Carlos Henrique Soares; **O Leviatã navegando nas ondas da consensualidade: descriptando a política judiciária nacional de tratamento adequado dos conflitos**, de Alexandra Clara Ferreira Faria e Maria Theresa Duarte Reis; **A autonomia da posse separada do status proprietatis no âmbito do direito material e do direito processual civil**, de Juventino Gomes de Miranda Filho; **O fenômeno pink tax como sintoma de um sistema tributário excludente: reflexões sobre classe, gênero e raça**, de Lívia Maria Lucca; **Tecnologia, Teletrabalho e Trabalho Decente: Práticas de mercado, mudanças normativas e tutela dos direitos fundamentais trabalhistas**, de Maria Luiza Rodrigues e Michel Carlos da Rocha Santos; **A perspectiva realista da filosofia da linguagem como elemento interpretativo nas distinções entre conceitos de direito: uma aparente tensão entre o positivismo de Hebert Hart e o não-positivismo de Ronald Dworkin**, de Hugo Paiva Barbosa; **O impacto do trabalho em plataformas na organização coletiva dos trabalhadores: desafios para uma nova regulação sindical**, de Ana Virginia Porto de Freitas; **Capacidade, saúde mental e o critério da competência: a necessidade de adequação do modelo brasileiro**, de Anne Shirley de Oliveira Rezende Martins e Washington Luiz Ferreira Dias Lopes; **Liberdade de expressão e a regulação da moderação em plataformas online: considerações sobre o Projeto de Lei 2630/2020**, de Lucas Aparecido de Jesus Pinheiro; **Brazil as a strategic partner to the Free Trade Agreement between European Union and Mercosul**, de Maria de Lourdes Monteiro Albertini e Samuel Procópio Menezes de Oliveira. Por sua vez, na seção **Artigos de Discentes e Egressos** encontram-se os artigos infra listados de grande atualidade. **Considerações acerca do instituto da indenização por abandono afetivo: preservação do melhor interesse da prole ou monetização do afeto?**, de Ana Luisa Coelho Albuquerque e André Anderson Gonçalves de Oliveira; **O papel do direito em assegurar uma vida de qualidade ao envelhecer: o direito do envelhecimento digno da mulher negra nas periferias**, de Mayara Vitória de Oliveira e Júlio César Rodrigues Cruz; **De quem é a culpa? Uma análise epistemológica acerca do Tribunal de Nuremberg e o livro “A Questão da Culpa” de Karl Jaspers**, de Ariel Fernandes Cordeiro Rocha; **O Brasil como referência em produção de energia renovável: análise do potencial nacional de protagonizar a economia verde no mundo**, de Sofia Izaga Guadalupe Santos; **Fundamentação das decisões judiciais**, de Ailton Angelo de Oliveira Junior; **Análise da teoria da taxatividade mitigada do agravo de instrumento**, de Bruno Vinícius Figueiredo Teixeira; **A pedagogia de Paulo Freire e a tolerância no ensino jurídico**, de Clara Bonaparte Pedrosa; **Incidente de resolução de demandas repetitivas e a formação de precedentes judiciais**, de Andiana Ramos, Virginia Lorena da Silva e Pedro Henrique Bastos. **Panorama normativo sobre reprodução humana assistida no Brasil**, de Guilherme Soares de Araújo.

Finalmente, na seção **Homenagens**, organizada por Dimas Ferreira Lopes, encontram-se os discursos proferidos por docentes da FMD, em solenidades específicas realizadas na PUC Minas.

Esperamos poder contar com a leitura e o prazer de ler de nossas e nossos leitores.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. O discurso da história. In: **O Rumor da Língua**. Tradução M. Laranjeira. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1nAfTpFi9_bd8VA0riXZyA73jIB9NDJcA/view

FACCHI, Alessandra. **Breve storia dei diritti umani**: dai diritti dell'uomo ai diritti delle donne. Bologna: Il Mulino, 2013. Disponível em: https://moodle2.units.it/pluginfile.php/581195/mod_resource/content/1/FACCHI%20-%20Breve%20storia%20dei%20diritti%20umani-1.pdf

LABRECQUE, Marie France. Transversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das mulheres? **Revista de Estudos Feministas**. Dossiê. Mulheres e Meio Ambiente. Florianópolis, V. 16, n. 3, p. 901-912, Dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/9b7Q4NxgtdbwbFxyfkNypxg/?lang=pt&format=pdf>

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1993, 2021. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4403853/mod_resource/content/1/O%20Contrato%20Sexual%20-%20Carole%20Pateman.pdf

TEDESCHI, Losandro; COLLING, Ana Maria. Os Direitos Humanos e as questões de Gênero. **História Revista**. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/32992>